



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO

DELEGADO DA

PC AM

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso Delegado da PCAM.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PC-AM-16-08>

Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**PORTUGUÊS****Janaina Arruda****Curto, logo existo****Luís Antônio Giron**

Com a evolução e o aumento de usuários e da importância das redes sociais, o nome e a fotografia de cada pessoa passaram a funcionar como o substituto do sujeito. O “eu” real se esvaziou para dar lugar ao “perfil”. O filósofo francês René Descartes estabeleceu um novo modelo de pensamento no século XVII, ao formular em latim a seguinte proposição: “Penso, logo existo” (Cogito, ergo sum). Era uma forma de demonstrar que aquele que existe raciocina e, por conseguinte, põe em xeque o mundo que o cerca. A dúvida científica substituía a certeza religiosa. Hoje, Descartes se reviraria no seu túmulo em Estocolmo, caso pudesse observar o que se passa na cabeça dos seres humanos. “Curto, logo existo” (Amo, ergo sum) parece ser a nova atitude lógica popularizada pelo Facebook. A dúvida científica cedeu espaço à presunção tecnológica.

Melhor ainda é a formulação da jornalista americana Nancy Jo Sales no livro *Bling Ring* – a gangue de Hollywood. A dúvida sobre a existência do ego deu lugar, na cultura do ultraconsumismo e das celebridades, a um outro tipo de pergunta: “Se posteio algo no Facebook e ninguém ‘curtiu’, eu existo?”.

A resposta é: provavelmente não. Eu existo se meus tuítes não são comentados nem retuitados? Claro que não. E se são curtidos ou retuitados, tampouco! Ninguém existe nas redes sociais senão como representações, que estão ali no lugar dos indivíduos. Não há uma transparência ou uma continuidade natural entre o que somos de fato e o que queremos ser nas redes sociais. Isso parece óbvio, mas não o é para muita gente. Agora as pessoas reais guardam uma alta concentração de nada nos cérebros, pois preferem jogar tudo o que pensam e sentem via suas representações nas redes sociais. Elas se tornam ocas para recheiar de signos seus perfis. O verdadeiro eu migrou do mundo off-line para o online.

É óbvio que os signos na internet podem enganar, mentir e insidiosamente simular um alter ego digital. Os vigaristas e falsários pululam alegremente com suas máscaras nas redes sociais. Quando alguém me “curte” ou “não curte”, está agindo com sinceridade na mensagem ou quer agradar e parecer inteligente? Ou está ironizando? Nesse sentido, se o eu

do Facebook quiser se sentir mais vivo com o número de pessoas que o curtiram, estará caindo em uma armadilha. Pois ele não é o que é nem quem curte é o que parece ser. Mesmo quando a boa-fé existe, ela deixa de o ser porque nada se mantém estável no ambiente da “curtição” do Facebook. (Os robôs do Facebook geram mensagens aleatórias para que usuários vivos ou mortos “cutuquem” alguém que já está morto, ou “curtam” perfis que já subiram aos céus).

(...)

O ato de “curtir” tem um poder ontológico: ele alterou irremediavelmente a nossa forma de encarar o mundo, os outros e a nós mesmos. Pois o “curtir” é a manifestação mais aguda da insistência do ego na cadeia da lógica binária do Facebook. Se eu “curto”, desejo afirmar minha existência, mas eu menos existo do que penso que possa existir. Se alguém me “curte”, posso adquirir certeza de que estou no mundo e me encher de felicidade com o elogio, mas não há como verificar a veracidade dele e, assim, se eu pensar demais nisso, mergulho na frustração e na sensação de vazio existencial. E se o mundo existe só porque todos se “curtem” mutuamente, então ele virou um círculo vicioso de aprovações que o levarão inevitavelmente ao caos. O mundo, em suma, não pode existir fora do moto perpétuo da troca infinita de elogios e aprovações. Quem curte não curte algo, mas curte o próprio ato de curtir. Esse mundo paralelo peculiar se destruiria se houvesse contradições, confrontos e refutações. As redes sociais deram origem a universos de consenso absoluto. De minha parte, não curto, logo desisto.

(Adaptado de Revista Época, 01/08/13, Ed. Globo. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/luis-antonioiron/noticia/2013/08/bcurtob-logo-existo.html>). Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

01. O texto apresenta uma discussão sobre:

- a) As contradições presentes no Facebook
- b) A mudança de paradigma religioso para científico e por fim para o tecnológico
- c) os modos como o mundo é percebido pelas pessoas e em suas inter-relações em decorrência das mudanças provocados pelo ato de “curtir”
- d) A nova era virtual e a valorização das celebridades que têm como objetivo o ultraconsumismo determinado pelas mídias
- e) as interações em redes sociais em decorrência do simulacro vivido na realidade e confirmado pelas redes sociais.

02. Segundo o texto, as relações virtuais e reais:

- a) apresentam uma substituição da essência pela aparência
- b) são previstas por Descartes que com elas se simpatiza
- c) são abordadas pelo autor como uma máxima a ser defendida
- d) são antagônicas e excludentes
- e) são restritas ao universo consumista propagado virtualmente

03. Com relação aos vocábulos presentes no texto em contexto de uso:

- a) o termo “proposição” significa “alternativa”.
- b) o termo “presunção” significa “imodéstia”
- c) o termo “pululam” significa “pulam”
- d) o termo “ontológico” significa “mito”
- e) o termo “binária” significa “originária”

04. Assinale a alternativa que respeita as regras de pontuação:

- a) Descartes, hoje se reviraria no seu túmulo em Estocolmo, se pudesse observar, o que se passa na cabeça dos seres humanos.
- b) Melhor ainda é a formulação, da jornalista americana, Nancy Jo Sales, no livro Bling Ring – a gangue de Hollywood.

c) Ninguém existe, nas redes sociais, senão como representações, que estão ali, no lugar, dos indivíduos.

d) Desejo afirmar minha existência, mas eu menos existo do que penso que possa existir, se eu “curto”.

e) E se o mundo existe só porque todos se “curtem” mutuamente, então, ele virou um círculo vicioso de aprovações, que o levarão inevitavelmente, ao caos.

05. No trecho “ Não há uma transparência ou uma continuidade natural entre o que somos de fato e o que queremos ser nas redes sociais. Isso parece óbvio, mas não o é para muita gente”, os termos destacados são, respectivamente:

- a) artigo, artigo, pronome pessoal
- b) pronome demonstrativo, artigo, pronome demonstrativo
- c) pronome oblíquo átono, pronome oblíquo átono, artigo
- d) pronome demonstrativo, pronome demonstrativo, pronome demonstrativo
- e) pronome demonstrativo, pronome demonstrativo, artigo

06. O uso do verbo na estrutura “É óbvio que os signos na internet podem enganar, mentir e insidiosamente simular um alter ego digital”:

- a) apresenta ideia de certeza, de algo que inevitavelmente irá acontecer
- b) traz ao trecho o sentido de possibilidade, fato que seja provável
- c) denota perspectiva de ações que ocorrem com frequência e que podem ser confirmadas
- d) destaca a multiplicidade de ações que ocorrem na internet incontestavelmente
- e) demonstra ações no presente, mas que já puderam ser notadas no passado

07. Assinale a alternativa correta:

a) No trecho “E se o mundo existe só porque todos se “curtem” mutuamente, então ele virou um círculo vicioso de aprovações que o levarão inevitavelmente ao caos”, a palavra SE tem a mesma função sintática.

b) Pois o “curtir” é a manifestação mais aguda da insistência do ego na cadeia da lógica binária do Facebook. O verbo destacado tem como sujeito “manifestação”.

c) O termo destacado pode ser substituído por havesse “Esse mundo paralelo peculiar se destruiria se houvesse contradições, confrontos e refutações”.

d) O conectivo presente no trecho “Era uma forma de demonstrar que aquele que existe raciocina e, por conseguinte, põe em xeque o mundo que o cerca” tem sentido de consequência.

e) Não há uma transparência ou uma continuidade natural entre o que somos de fato e o que queremos ser nas redes sociais. A conjunção OU tem sentido excludente nesse contexto.

08. Assinale a alternativa que apresenta erro na função sintática apresentada:

a) A dúvida científica substituí a certeza religiosa. (adjunto adnominal)

b) Quem curte não curte algo. (objeto direto)

c) Esse mundo paralelo peculiar se destruiria se houvesse contradições, confrontos e refutações. (sujeito)

d) E se o mundo existe só porque todos se “curtem” mutuamente... (sujeito)

e) As redes sociais deram origem a universos de consenso absoluto. (adjunto adnominal)

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

09. O setor pedagógico do Estratégia tem 14 funcionários, dos quais 8 são homens e 6, mulheres. Para organizar um evento com professores, é necessário montar uma comissão com 2 mulheres e 3 homens. De quantas maneiras diferentes essa comissão pode ser escolhida?

a) Mais que 900

b) Mais que 850 e menos que 900

c) Mais que 800 e menos que 850

d) Mais que 750 e menos que 800

e) Menos que 750

10. Guilherme tem 7 barras de chocolate, todas de sabores diferentes, e uma caixa onde cabem apenas 3 barras de chocolate. Guilherme decide encher completamente a caixa com suas barras para presentear um amigo.

Se a ordem em que as barras são colocadas na caixa não altera o presente, então o número de presentes diferentes que Guilherme pode criar com 3 de suas barras de chocolate é igual a:

a) 35

b) 75

c) 150

d) 180

e) 210

11. Em uma urna encontram-se 14 bolinhas numeradas de 1 a 14. Uma pessoa retira, sem olhar e sem repor, duas bolas de dentro da caixa, sucessivamente. Qual a probabilidade de que os números nas duas bolinhas sejam ímpares?

a) $1/3$

b) $1/8$

c) $1/16$

d) $3/13$

e) $5/14$

12. Uma empresa emprega 60 homens e 70 mulheres. Sabe-se que 75% dos homens falam Inglês, enquanto 40% das mulheres não falam Inglês. Logo, o número de empregados desta empresa que são mulheres ou falam inglês é:

- a) 97.
- b) 115.
- c) 127.
- d) 130.
- e) 157

13. Thiago gastou $\frac{4}{5}$ de seu salário e lhe sobraram R\$ 350. Portanto, para que seu salário seja igual a R\$ 2.000, ele precisa receber um aumento de:

- a) Menos que 13,25%.
- b) Mais que 13,25% e menos que 13,75%.
- c) Mais que 13,75% e menos que 14,25%.
- d) Mais que 14,25% e menos que 14,75%.
- e) Mais que 14,75%.

14. Considere falsa a afirmação "Se átomos são incontáveis, então eles são infinitos". Logo, é verdade que

- a) átomos não são incontáveis.
- b) átomos são incontáveis e são infinitos.
- c) átomos não são incontáveis ou são infinitos.
- d) átomos não são infinitos.
- e) átomos não são infinitos e não são incontáveis.

15. Sejam p e q proposições. Qual a opção cuja proposição composta substitui corretamente o ponto de interrogação na tabela verdade?

p	q	?
V	V	F
V	F	V
F	V	F
F	F	F

- a) $p \leftrightarrow q$

- b) $\sim(p \leftrightarrow q)$
- c) $p \rightarrow q$
- d) $\sim(p \rightarrow q)$
- e) $\sim(p \cdot q)$

16. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação equivalente à afirmação: "Se o Náutico é campeão do torneio, então o Sport não é".

- a) Se o Náutico é campeão do torneio, então o Sport também é.
- b) Se o Náutico não é campeão do torneio, então o Sport é.
- c) Se o Sport é campeão do torneio, então o Náutico não é.
- d) Se o Sport é campeão do torneio, então o Náutico também é.
- e) Se o Sport não é campeão do torneio, então o Náutico é.

HISTÓRIA E GEOGRÁFIA

Sérgio Henrique

17. Os primeiros quilombos foram formados nas cabeceiras dos rios, acima das cachoeiras. Esses lugares são de difícil acesso e protegem os quilombolas das expedições que pretendiam capturá-los e levá-los de volta ao trabalho escravo. Os rios **Trombetas** e **Erepecuru**, e seus afluentes, que estão localizados no município de **Oriximiná**, abrigaram muitos desses quilombos. Na época da escravidão, os quilombolas viviam em várias comunidades próximas entre si. Assim, eles construíram uma rede de proteção, o que possibilitava avisar uns aos outros sobre a aproximação de **expedições de captura** (bandeiras enviadas para capturar e destruir quilombos). Quando isso acontecia, a comunidade queimava suas moradias e seguia para outro ponto mais distante. Os quilombolas podiam pescar e caçar, além de praticar o extrativismo da **castanha**, **copaíba**, **cipó**, **breu**, **madeira** e **remédios naturais**. Mesmo perseguidos, os quilombolas encontraram maneiras de se relacionar com os brancos. Eles levavam parte do que extraíam da floresta para

vender em **Óbidos e Santarém**, as duas principais cidades da época.

Google Earth

Assinale a alternativa incorreta acerca dos quilombos e comunidades quilombolas.

a) Cinco comunidades quilombolas do município de Barreirinha (a 331 quilômetros de Manaus) foram reconhecidas no mês passado pela Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. É a segunda vez que o governo brasileiro faz este tipo de reconhecimento no Amazonas, Estado onde as comunidades remanescentes de quilombos têm pouca visibilidade.

b) A Portaria Nº 176 que certificou as comunidades Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Mutupuri e Trindade. O reconhecimento dá direito às comunidades de ter acesso às políticas públicas e a obter regularização fundiária do Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária).

c) A primeira comunidade reconhecida do Amazonas até então era a do Tambor, no município de Novo Airão (a 130 quilômetros de Manaus). A comunidade está localizada no Parque Nacional do Jaú. O reconhecimento da comunidade do Tambor ocorreu em 2006.

d) Mocambo de Oriximiná, com mais de 3.000 negros, cuja origem remonta uma organização de resistência à escravidão anterior à lei Eusébio de Queiroz e fazia parte da rota de fuga para a Guiana Francesa. A valorização das comunidades quilombolas amazonenses estimulou o reconhecimento das comunidades paraenses.

e) As cinco comunidades quilombolas de Barreirinha situam-se à margem do rio Andirá, na região do baixo rio Amazonas. Têm aproximadamente 227 famílias e uma população de 1.135 pessoas.

18. A partir do final do século XIX, a invenção do pneu e a popularização do automóvel tornaram a borracha um produto de grande valor e de grande procura pelas indústrias.

No início do século XX, metade da borracha consumida no mundo saía da Amazônia e, logo, o extrativismo do látex tornou-se o motor do

processo de organização do espaço na região ao estimular:

a) a construção de rodovias, que integraram a região amazônica ao restante do país que permitiam a prática do aviamento.

b) os investimentos em construção de usinas hidrelétricas, para atender à demanda de energia.

c) a construção dos portos de Belém e de Manaus, para exportar a produção de borracha.

d) a incorporação de Rondônia ao território brasileiro e a fundação da cidade Porto Velho também a incorporação do Acre e a fundação de Rio Branco.

e) a instalação de indústrias de base, que realizavam a transformação do látex em borracha em Manaus, e dali era exportado para abastecer a indústria automobilística dos EUA.

19. Na primeira década do século XXI, a geógrafa Bertha Becker, em um artigo intitulado Geopolítica da Amazônia (2005), afirmou que a “Amazônia não deveria mais ser vista apenas como uma área de expansão da fronteira móvel, mas como uma região em si, em razão dos avanços econômicos, sociais e políticos observados nas últimas décadas.”

Sobre as mudanças ocorridas na região Amazônica, nas últimas décadas, analise as afirmativas a seguir.

I. A criação de unidades de conservação e a demarcação de terras indígenas ampliaram consideravelmente as áreas protegidas do território amazônico.

II. A expansão do plantio de soja e a melhoria das pastagens e dos rebanhos concorreram para a consolidação do povoamento no chamado Arco de Fogo.

III. A sociedade civil passou a ser um ator fundamental especialmente pelas suas reivindicações de cidadania, influenciando, inclusive, no desenvolvimento urbano.

IV. As unidades de conservação, terras indígenas e as comunidades quilombolas frequentemente são alvos de polêmicas e de conflitos violentos, ligados à expansão da fronteira agrícola.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

20. Analise as afirmações a seguir sobre a biopirataria na Amazônia.

I. Os biopiratas coletam ilegalmente da floresta Amazônica mudas de plantas nativas, animais, micro-organismos e fungos que saem do país disfarçadamente pelos portos e por aeroportos.

II. Os produtos da floresta são vendidos para laboratórios ou colecionadores que os patenteiam, e também há o mercado de animais exóticos de estimação.

III. Segundo a CPI da biopirataria, o tráfico de animais e de plantas movimenta anualmente US\$ 1 bilhão, aproximadamente.

IV. Uma das formas de burlar as leis que combatem a biopirataria incluem-se o registro dos saberes das comunidades tradicionais e a identificação dos princípios ativos em laboratório, sem lesar o patrimônio natural.

São corretas as afirmações:

- a) I e II, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

21. O processo de industrialização no Brasil apresenta características particulares no tocante aos investimentos nacionais e internacionais e às regiões abrangidas pelo seu desenvolvimento. Nesse sentido, é correto afirmar que

a) A Zona Franca Verde permitiu Manaus se tornar o maior exportador de madeira e celulose da região norte.

b) a industrialização no Brasil favoreceu a igualdade econômica entre as regiões político-administrativas da federação.

c) a Região Sul do Brasil não participou do processo de industrialização, devido à sua característica agrário-exportadora advinda da migração de suíços, açorianos, alemães e italianos para essa região.

d) não há relação entre a produção agropecuária no centro-sul do país e o desenvolvimento da indústria manufatureira, no início do século XX.

e) a Zona Franca de Manaus tornou-se um marco concreto, na região Norte, da desconcentração da indústria brasileira e de uma nova regionalização econômica.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

22. Sobre os conceitos de backup, é correto afirmar que um bom procedimento de cópia consiste em

- a) duplicar os arquivos copiados no dispositivo, para garantir a restauração quando necessário.
- b) manter os arquivos copiados no mesmo computador dos arquivos originais.
- c) evitar longo espaço de tempo entre as cópias realizadas.
- d) sempre copiar os arquivos em CDs-ROM, que são mídias mais confiáveis.
- e) não testar a recuperação dos arquivos, para não corromper os dados copiados.

23. Alguns dos procedimentos mais comuns em computadores Windows estão as ações de arrastar arquivos e pastas pelo computador com o auxílio do mouse. Considerando o procedimento de arrastar arquivos dentro do mesmo diretório:

- a) Não é possível apenas clicar e arrastar arquivos entre pastas.
- b) Ao pressionar a tecla CTRL e arrastar um arquivo, será criado uma Cópia para a pasta de destino.

- c) Ao pressionar a tecla ALT e arrastar um arquivo, será movido o arquivo para a pasta de destino.
- d) Ao pressionar a tecla SHIFT e arrastar um arquivo, será criado um atalho do arquivo para a pasta de destino.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

24. O aplicativo Google Chrome possui um sistema que permite ao usuário salvar o endereço dos sites preferidos. Para isso, poderá ser utilizado o comando em atalho ou clicando no ícone corresponde. Essa ação é conhecida como:

- a) Favoritos.
- b) Página Inicial.
- c) Histórico.
- d) Downloads.
- e) Guias.

	A	B	C
1		5	0
2		2	3
3		10	9

25. A imagem acima exibe parte de uma planilha digitada no Excel, configuração padrão e instalação em português. Qual o resultado produzido se o usuário inserir na célula selecionada a função =B3+B2*C1?

- a) O valor apresentado será 0.
- b) O valor apresentado será 10.
- c) O valor apresentado será 100.
- d) O valor apresentado será 1000.
- e) O valor apresentado será #DIV/0!

26. A sequência de botões a seguir pertence ao Microsoft Word.



A opção que apresenta os atalhos correspondentes aos botões acima é

- a) CTRL + O, CTRL + B, CTRL + P, CTRL + A.
- b) CTRL + A, CTRL + O, CTRL + B, CTRL + P.
- c) CTRL + P, CTRL + A, CTRL + O, CTRL + B.
- d) CTRL + B, CTRL + P, CTRL + A, CTRL + O.
- e) CTRL + O, CTRL + A, CTRL + B, CTRL + P.

ATUALIDADES

Leandro Signori

27. “A globalização já não é mais questão de opção; é inevitável para qualquer país que pretenda o pleno desenvolvimento econômico, e que queira fazer parte da integração mundial que está acontecendo para não sofrer prejuízo ou discriminação por não acompanhar os movimentos internacionais.

Sendo assim, com a crescente busca, por novos mercados e todos os demais diferentes parâmetros adotados mundialmente, diversos efeitos econômicos emergiram.”

Disponível em: <https://bit.ly/2YITQKF>.

A respeito de temas diversos da economia e dos países na atualidade, são feitas as seguintes afirmativas:

I - O vertiginoso crescimento econômico chinês que alçou o país à condição de segunda maior economia do mundo teve como alguns de seus principais fatores a liberalização econômica por meio da abertura de mercado com a instalação de multinacionais e a concessão de incentivos fiscais associados aos baixos custos da mão de obra.

II - Apesar das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, o mercado norte-americano é muito importante para a indústria asiática, grande exportadora de produtos para a maior economia do mundo.

III - O Brasil se apresenta para o mercado global como um grande exportador de produtos com baixo valor agregado, o que pode deixá-lo em uma posição vulnerável, pois são produtos que estão sujeitos a fortes oscilações.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e II

- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I e IV.
- e) I, II e III.

28. Nas últimas décadas, a emergência da China como potência mundial ampliou os laços políticos e econômicos do país com o resto do mundo.

Mas desde a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, que adota uma retórica contrária ao governo de Pequim, houve uma mudança nas relações da China com vários países.

A respeito da China, Estados Unidos e suas disputas geopolíticas na atualidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em janeiro de 2020, os dois países assinaram a primeira fase do acordo comercial, apaziguando as tensões da guerra comercial travada desde o início de 2018. O documento assinado prevê que a China aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.
- b) O Mar do Sul da China, área marítima reivindicada pela China no Sudeste asiático, tem sido palco de tensões entre os Estados Unidos e a China, com as duas potências realizando manobras militares e expressando acusações mútuas.
- c) Os Estados Unidos anunciaram que implementarão uma série de sanções econômicas, comerciais e restrições migratórias à Hong Kong após o anúncio da Nova Lei de Segurança do governo chinês para Hong Kong.
- d) Acusando os chineses de roubarem propriedade intelectual, os Estados Unidos ordenaram o fechamento do consulado chinês em Houston.
- e) O governo americano acusou Pequim de esconder seus números sobre o coronavírus, insinuando que o governo chinês ocultava o número real de casos e mortes, e atacou a Organização Mundial da Saúde (OMS) por não exigir informações confiáveis sobre a pandemia junto aos chineses.

29. O Iêmen, um dos mais pobres entre os países árabes, está há cinco anos numa violenta guerra civil. Acerca do assunto, analise as proposições:

I - Devido a sua localização, é um país de grande importância estratégica, além disso, faz fronteira com dois grandes produtores de petróleo do Oriente Médio: Arábia Saudita e Irã.

II - O conflito atual tem sua origem na disputa de poder no Oriente Médio entre o Irã e a Arábia Saudita, devido ao apoio do governo iemenita aos opositores do presidente da Síria, Bashar al-Assad.

III - Na guerra civil opõem-se, de um lado, os rebeldes houthis (xiitas) apoiados pelo Irã, e do outro, grupos ligados ao atual presidente do país, apoiado pela Arábia Saudita.

IV - Os houthis realizaram ataques com drones a duas grandes instalações petrolíferas da Arábia Saudita, o que levou à redução pela metade da produção de petróleo saudita nos dias seguintes ao episódio bélico.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) Todas estão corretas.

30. “Novas regras para reduzir as emissões de enxofre no transporte marítimo vêm impulsionando o valor do petróleo brasileiro no mercado internacional, que já é vendido praticamente sem desconto em relação ao Brent, referência mundial.

A valorização do petróleo do pré-sal é apontada pela Petrobras como um dos fatores que contribuíram para o lucro recorde de R\$ 40,1 bilhões em 2019. O resultado teve forte impacto também da venda de ativos, como gasodutos e ações da BR Distribuidora.

O óleo do pré-sal tem baixo teor de enxofre, o que o torna adequado para produzir combustível de navegação dentro das novas especificações contra a poluição da IMO (sigla em inglês para Organização Marítima Internacional).”

Disponível em: <https://bit.ly/2ARHJkE>

A respeito do pré-sal, assinale a alternativa correta:

- a) É uma grande cadeia de montanhas submersa que possui jazidas de combustíveis fósseis em sua estrutura.
- b) É uma parte da crosta terrestre no solo marinho que possui minérios de alto valor, como o silício e o manganês.
- c) São fendas no oceano por onde correntes geotérmicas do interior terrestre extravasam, sendo muito estratégicas na geração de energia geotérmica.
- d) É uma camada no subsolo marinho que armazena petróleo abaixo de uma grossa camada de sal, a cerca de 7 km abaixo da superfície do mar.
- e) São grandes fossas oceânicas que acumularam restos de matéria orgânica ao longo do tempo geológico.

31. “As mortes violentas de mulheres por razões de gênero são fenômeno global. Em tempos de guerra ou de paz, muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional – que atribui aos homens a punição das mulheres da família – seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais e descartáveis. Pouco se sabe sobre essas mortes, inclusive sobre o número exato de sua ocorrência, mas é possível afirmar que ano após ano muitas mulheres morrem em razão de seu gênero, ou seja, em decorrência da desigualdade de poder que coloca mulheres e meninas em situação de maior vulnerabilidade e risco social nas diferentes relações de que participam nos espaços público e privado.”

(ONU MULHERES, 2012).

- a) Verifica-se uma maior incidência de feminicídios contra mulheres de menor escolaridade e da cor negra.
- b) O combate à violência contra a mulher e a violência sexual têm obtido avanços, de tal modo

que, no ano de 2018, registrou-se o menor número de estupros da última década.

- c) O termo “cultura do estupro” é utilizado de modo a expressar como a sociedade naturaliza o comportamento sexual violento dos homens e culpa as vítimas de assédio.
- d) A Lei Maria da Penha, considerada uma das melhores leis contra a violência doméstica do mundo, representou um grande avanço para a sociedade brasileira, ajudando a dar voz às vítimas, punindo adequadamente e coibindo atos de violência doméstica contra a mulher.
- e) A Lei do Feminicídio, que entrou em vigor em 2015, alterou o Código Penal Brasileiro ao tipificar esse crime como um crime hediondo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fernando Andrade

32. Julgue os itens a seguir, acerca do controle de constitucionalidade:

I – O controle de constitucionalidade preventivo, pelo Poder Judiciário, se dá de maneira excepcional, quando verificada a inobservância do processo legislativo constitucional. Nesta hipótese, o controle é feito por meio de mandado de segurança, cuja legitimidade ativa é exclusiva de parlamentar. Caso o impetrante venha a deixar o cargo eletivo após o ajuizamento, a ação prosseguirá até final julgamento, pois as condições da ação devem ser verificadas quando de sua propositura.

II – A criação de mecanismos de controle de constitucionalidade por omissão somente se deu, no direito brasileiro, com a Constituição Federal de 88, que estabeleceu dois instrumentos para a sua tutela: o mandado de injunção e a ação de inconstitucionalidade por omissão.

III - Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria absoluta de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

IV - O Supremo Tribunal Federal, revisando sua jurisprudência anteriormente consolidada, consignou que sua função precípua de fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos normativos quando houver um tema ou uma controvérsia constitucional suscitada em abstrato, independe do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto.

Estão corretos apenas os itens:

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

33. São matérias de competência legislativa privativa da União, exceto:

- a) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- b) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
- c) seguridade social;
- d) assistência jurídica e Defensoria pública;
- e) diretrizes e bases da educação nacional;

34. Acerca da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- b) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal no curso do mandato, inclusive pela morte, não afasta a chamada inelegibilidade reflexa, prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

c) Não viola a Constituição a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

d) Tanto a lei, como o próprio edital do concurso podem sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

e) Compete à Justiça Federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil.

35. Assinale a alternativa que reflete a correta classificação da Constituição Federal de 1988, em relação, respectivamente, aos critérios de origem, extensão, conteúdo e à dogmática.

- a) promulgada, sintética, rígida e ortodoxa;
- b) promulgada, analítica, rígida e garantia;
- c) outorgada, analítica, material e eclética;
- d) promulgada, analítica, formal e eclética;
- e) outorgada, analítica, formal e dogmática;

36. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I – O fenômeno da desconstitucionalização consiste na possibilidade de recepção das normas previstas em constituição anterior, pela nova ordem constitucional, com status infraconstitucional, desde que com ela seja materialmente compatível, independentemente de expressa previsão;

II - A mutação constitucional caracteriza-se como poder de fato e é conceituada como a alteração informal da constituição, mediante a modificação de seu sentido interpretativo, diante do mesmo texto. Trata-se do chamado poder constituinte difuso.

III – A derrotabilidade (ou superabilidade) de uma determinada regra consiste na possibilidade de seu afastamento diante de uma exceção relevante, mesmo na hipótese de estarem preenchidos todos os seus requisitos necessários e suficientes para que seja válida e aplicável.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens II e III estão certos.
- c) Todos os itens estão certos.
- d) Apenas o item I está certo.
- e) Apenas o item II está certo.

37. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - A dimensão objetiva dos direitos fundamentais compreende a possibilidade de o indivíduo invocar uma determinada norma jurídica em juízo, como forma de assegurar uma ação ou abstenção estatal.

II - O princípio da proporcionalidade se resume à proibição do excesso, ou seja, atua como parâmetro de aferição da constitucionalidade das intervenções nos direitos fundamentais como proibições de intervenção

III - A eficácia horizontal dos direitos fundamentais é amplamente aceita no Brasil e caracteriza-se pela possibilidade de aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre os particulares.

- a) apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Somente a assertiva III está incorreta.
- c) apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) todas as assertivas estão incorretas.

38. Assinale a alternativa correta:

a) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

b) Os Deputados e Senadores não poderão desde a posse firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

c) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

d) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, independentemente do local em que proferidos e da sua relação com o exercício da função;

e) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de quarenta e oito horas à Casa respectiva, para que, por maioria simples, resolva sobre a prisão.

39. Acerca das funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir:

I - Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

II - A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados;

III - Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, sendo-lhes vedada a percepção de honorários, percentagens ou custas processuais.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens II e III estão certos.
- c) Todos os itens estão certos.

- d) Apenas o item I está certo.
- e) Apenas o item II está certo.

40. I - Nos termos da jurisprudência do STF, o fornecimento de informações bancárias do contribuinte para o Fisco não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, por meio do princípio da capacidade contributiva, desde que observados requisitos objetivos e o traslado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal previstos na legislação.

II – Conforme expressa previsão constitucional, as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, o que lhes permite a decretação de quebra de sigilo de dados bancários, fiscal, telefônico, bem como a determinação de busca e apreensão.

III - O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

- a) apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Somente a assertiva III está incorreta.
- c) apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) todas as assertivas estão incorretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Akhenaton Nobre

41. A Constituição Federal, em seu artigo 37, traz de forma explícita princípios constitucionais da administração pública. De forma específica o direito de petição, as certidões e a ação administrativa ex-officio de divulgação de informações de interesse público, está concretizado o princípio da:

- a) publicidade.
- b) eficiência.

- c) moralidade.
- d) impessoalidade.
- e) proporcionalidade

42. A responsabilidade civil da Administração Pública:

- a) é objetiva, como regra geral da Teoria do risco administrativo;
- b) é objetiva, como regra geral da Teoria do risco integral;
- c) não se exclui se houver culpa integral da vítima;
- d) depende de dolo ou culpa do agente da administração, cabendo à vítima o ônus da prova;
- e) depende de dolo ou culpa do agente público, não cabendo à vítima o ônus da prova.

43. No tocante às regras típicas do regime jurídico administrativo, é sabido que nem todas se aplicam às empresas estatais – assim consideradas as empresas públicas e as sociedades de economia mista –, em vista da natureza jurídica de direito privado que tais entidades ostentam. Todavia, toda empresa estatal deve observar:

- a) o regime de precatórios para pagamento de suas dívidas.
- b) a necessidade de autorização legislativa para alienação de bens imóveis de seu patrimônio.
- c) os limites constantes do art. 37, XI, da Constituição Federal, no pagamento da remuneração de seus empregados.
- d) a vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas.
- e) o regime de licitações da Lei nº 8.666/93.

44. O prazo, para a administração anular os seus atos de que decorram efeitos favoráveis para o destinatário:

- a) é de decadência e se consuma em cinco anos, salvo se houver boa fé deste;
- b) é de decadência e se consuma em dois dois anos, desde que o administrado não tenha agido de má-fé;

c) não é de decadência e se consuma em cinco anos, da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé;

d) é de decadência e se consuma em cinco anos, da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé;

e) a administração a qualquer tempo pode rever seus atos, anulando os que contrariarem a lei ou revogando-os por inconveniência ou oportunidade.

45. O regime jurídico administrativo é entendido por toda a doutrina de Direito Administrativo como o conjunto de regras e princípios que norteiam a atuação da Administração Pública, de modo muito distinto das relações privadas. Assinale no rol abaixo qual a situação jurídica que não é submetida a este regime.

a) Contrato de locação de imóvel firmado com a Administração Pública.

b) Ato de nomeação de servidor público aprovado em concurso público.

c) Concessão de alvará de funcionamento para estabelecimento comercial pela Prefeitura Municipal.

d) Decreto de utilidade pública de um imóvel para fins de desapropriação.

e) Aplicação de penalidade a fornecedor privado da Administração.

46. Acerca da classificação dos atos administrativos, a autorização para exploração de jazida é exemplo de ato

a) declaratório.

b) enunciativo.

c) constitutivo.

d) geral.

e) Licenciatório

47. Existem diversas alternativas possíveis quanto a extinção dos atos administrativos, EXCETO a. o decurso do tempo.

b. a renúncia do interessado.

c. a revogação pelo Poder Judiciário.

d. a invalidação pela própria Administração.

e. o desaparecimento do pressuposto fático.

48. É correto afirmar a respeito da delegação e avocação da competência administrativa:

a) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente essa qualidade.

b) a legislação pátria permite, em certos casos, a transferência de todas as funções do delegante para o órgão delegado.

c) a legislação brasileira não permite a delegação revogável ou por tempo indeterminado.

d) o princípio da hierarquia, que rege a avocação, permite que a atividade avocada abranja a integralidade das competências do órgão inferior.

e) praticado o ato por autoridade, que age por delegação, eventual medida judicial contra o ato deve ser ajuizada contra a autoridade delegante.

49. Quanto às regras aplicáveis aos cargos públicos, é correto afirmar:

a) A nomeação é a oportunidade em que o servidor aceita as atribuições de cargo, assumindo o compromisso de bem servir.

b) A reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo do qual estava ilegalmente desligado. Não sendo possível voltar ao que dantes ocupava, irá para o seu sucedâneo ou equivalente, com integral reparação dos prejuízos que lhe advieram do ato ilegal que o atingira.

c) A desinvestidura por exoneração tem natureza de sanção e ocorre quando o servidor não entrar em exercício, quando não for habilitado no estágio probatório ou quando considerado insatisfatório na avaliação periódica de desempenho.

d) Cargos em comissão são aqueles organizados em uma série de classes, que consistem nos agrupamentos de cargos de mesma profissão, com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos, estando essas classes escalonadas em função do grau de hierarquia existente no serviço.

e) A exoneração de servidor em estágio probatório prescinde de Processo Administrativo, vez que não há caráter demissório.

50. Acerca dos atos de improbidade administrativa, analise os itens abaixo:

I – No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio;

II – A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos independem do trânsito em julgado da sentença condenatória;

III – Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente;

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas a III

DIREITO PENAL

Ivo Bezerra

51. Com relação aos princípios e às garantias penais, assinale a opção correta.

a) O princípio da adequação social serve de parâmetro fundamental ao juiz, que, diante das condutas típicas formais, deve deliberar quais sejam passíveis de punição criminal.

b) Conforme a proibição do caráter perpétuo da pena, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o cumprimento de medida de segurança se sujeita ao limite máximo de 40 anos.

c) O impedimento de previsão de tipos penais vagos emana do princípio da reserva legal em matéria penal.

d) Para o princípio da culpabilidade para que haja a punição penal exige-se a demonstração de conduta dolosa ou culposa.

e) Para o princípio da subsidiariedade, o direito penal apenas tutela uma pequena fração dos bens jurídicos protegidos nas hipóteses em que se verifica uma lesão ou ameaça de lesão mais intensa aos bens de maior relevância.

52. Analise as seguintes assertivas acerca da norma penal, e marque a correta:

a) A lei penal temporária tem vigência somente durante o estado de emergência.

b) As leis penais incriminadoras são classificadas em permissivas e explicativas.

c) A lei é fonte mediata do Direito Penal.

d) Conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, a lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou crime permanente, ainda que sua vigência se dê em momento anterior à cessação da continuidade ou da permanência, se o marco inicial de tal vigência ocorrer em momento posterior ao início da execução.

e) A norma penal pode ter como particularidades a retroatividade e a ultratividade.

53. Analise as seguintes assertivas acerca da norma penal, e marque a assertiva correta:

a) quando a norma incompleta e seu necessário complemento estão contidos na mesma estrutura legislativa é chamada de norma penal em branco própria homovitelina.

b) Há a incidência do princípio da continuidade normativa típica quando uma norma penal é revogada, porém, sua conduta continua prevista como delito em outro dispositivo legal.

c) aplica-se a lei penal mais favorável ao réu, ao fato cometido sob a égide de lei anterior, desde que ele ainda não tenha sido decidido por sentença condenatória transitada em julgado.

d) Se a lei nova for mais favorável ao réu, deixando de considerar criminosa a sua conduta, ela retroagirá mesmo que o fato tenha sido definitivamente julgado, fazendo cessar os efeitos civis e penais da sentença condenatória.

e) Após o cálculo final da pena, o número não inteiro de dias deve ser desprezado no cálculo da

pena privativa de liberdade, e as frações de real devem ser consideradas no cálculo da pena de multa.

54. Marque a assertiva que está de acordo com os dispositivos penais e doutrina majoritária:

a) ao tratar da relação de causalidade, o CP consignou que a superveniência de causa relativamente independente apenas afasta a imputação quando, por si só, produziu o resultado, eliminando outras considerações quanto aos fatos anteriores ocorridos.

b) “Bob”, sabendo que “Klebeson” é hemofílico, fere-o, com intuito homicida, ocorrendo efetivamente a morte, em virtude de hemorragia derivada da doença da qual “Klebeson” era portador, situação essa que leva à punição de “Bob” por homicídio tentado, sendo a hemofilia, nesse caso, considerada concausa.

c) o resultado da ação não pode ser atribuído ao agente na hipótese da existência de causa absolutamente independente, salvo se esta for preexistente.

d) A superveniência de causa relativamente independente não excluirá a imputação quando, por si só, essa causa produzir o resultado. Os fatos posteriores, contudo, imputar-se-ão a quem os praticar.

e) “Leleco”, com o intuito de matar “Jerry”, dispara contra ele com arma de fogo, ferindo-o, sobrevivendo a morte de “Jerry”, unicamente por intoxicação causada por envenenamento provocado no dia anterior por “Ditoca”, devendo “Leleco”, nessa situação, responder por homicídio tentado, porque o envenenamento é considerado causa absolutamente independente preexistente.

55. Sobre a etapas de realização da infração penal, marque a alternativa correta:

a) O arrependimento eficaz ordena que a manifestação do autor do crime seja posterior à consumação do delito.

b) para a que ocorra a desistência voluntária ou o arrependimento eficaz, satisfaz a voluntariedade por parte do agente, não sendo exigida espontaneidade em sua decisão de desistir da

trajetória criminosa ou de evitar a ocorrência do resultado.

c) A diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz está no fato de que, na desistência voluntária, o agente não chega a iniciar a execução do delito. Por sua vez, no arrependimento eficaz a execução iniciada é interrompida, impedindo-se a consumação do delito.

d) Em algumas infrações penais o exaurimento é etapa do iter criminis.

e) a desistência voluntária é compatível com a tentativa perfeita ou crime falho;

56. De acordo com o Código Penal e Doutrina, analise as assertivas e marque a correta:

a) São causas supralegais de exclusão de ilicitude a insignificância penal e adequação social da conduta.

b) Excluem a ilicitude do fato o estado de necessidade, a legítima defesa e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado que torna o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

c) é admissível a legítima defesa contra quem age em estado de necessidade.

d) Quanto ao estado de necessidade o direito penal brasileiro adota a teoria unitária do estado de necessidade, reconhecendo-o unicamente como uma justificante.

e) somente é possível a responsabilização por excesso doloso de quem age em estrito cumprimento do dever legal, em hipótese alguma por excesso culposos.

57. Quanto à culpabilidade:

a) A teoria psicológico-normativa da culpabilidade: retirada do dolo e da culpa do conceito de culpabilidade.

b) Para a Teoria extremada da culpabilidade: a discriminante putativa é erro de proibição e exclui a culpabilidade se diante de erro inescusável.

c) O conceito normativo de culpabilidade: deslocou os componentes psicológicos para o tipo

de injusto, conservando a culpabilidade com os componentes normativos do juízo de reprovação e do juízo de exculpação.

d) O Direito Penal brasileiro adotou a teoria limitada da culpabilidade: trata o erro sobre os pressupostos fáticos de uma justificante como erro de proibição indireto.

e) A teoria extremada da culpabilidade: distingue, em relação à causa de justificação, erro de proibição indireto e erro de tipo permissivo.

58. Quanto aos crimes patrimoniais, marque a assertiva correta:

a) No furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la pela metade, ou aplicar somente a pena de multa.

b) No roubo, a pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade, se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca.

c) No furto, aumenta-se a pena de 1/3 a 2/3 se o crime é cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.

d) O roubo é qualificado se é cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.

e) No roubo a pena é aumentada em 2/3 se o crime é cometido mediante emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

59. Quanto às modificações trazidas pela Lei nº 13.964/2019, foram acrescentados ao rol de crimes hediondos, exceto:

a) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.

b) Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte.

c) Roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.

d) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito.

e) furto qualificado pelo concurso de pessoas.

60. Acerca do delito de homicídio doloso, assinale a opção correta.

a) Se praticado contra autoridade ou agente das forças de segurança pública é causa de aumento de pena.

b) é qualificado se cometido por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

c) É possível a aplicação do privilégio ao homicídio qualificado independentemente de as circunstâncias qualificadoras serem de ordem subjetiva ou objetiva.

d) A qualificadora do feminicídio, homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar, não é incompatível com a presença da qualificadora da motivação torpe.

e) é privilegiado se praticado por agente impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

61. Sobre o Inquérito Policial e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

a) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

b) O princípio da indisponibilidade inviabiliza que o inquérito policial seja arquivado.

c) No Inquérito Policial exercita-se o contraditório e a ampla defesa, a ponto da autoridade policial não ter discricionariedade para recusar a realização das diligências requisitadas pelo juiz ou MP.

d) Os atos do Inquérito Policial devem ser escritos, no entanto as diligências orais não precisam ser reduzidas a termo.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

62. Em relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento, mesmo quando não houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.
- b) O advogado do indiciado possui acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c) Nos interrogatórios e depoimentos de seus clientes, o advogado não poderá formular quesitos nem apresentar razões.
- d) O relatório é a peça de encerramento do inquérito policial, podendo o delegado de polícia realizar juízo de valor sobre os fatos.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

63. Acerca do tema Inquérito Policial, julgue os itens subsequentes.

- I) Para que o Inquérito Policial seja arquivado, é necessária requisição do delegado ao Juiz, o qual arquivará independente de prévia manifestação do Ministério Público.
- II) O delegado de polícia não poderá instaurar inquérito policial exclusivamente com base em notícias anônimas, devendo tomar providências preliminares para certificar a procedência da informação.
- III) O inquérito policial nos crimes contra a economia popular deverá ser encerrado no prazo de dez dias caso o indiciado esteja preso e em quinze dias caso o indiciado esteja solto.

Assinale a sequência correta:

- a) F, V, F
- b) F, F, V.
- c) F, V, V.
- d) V, F, V.
- e) V, V, F.

64. Assinale a alternativa mais adequada às disposições normativas referentes ao processo penal brasileiro:

- a) O instituto da audiência de custódia no Brasil ainda não encontra amparo legal, restando sua regulamentação exclusiva em atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e Tribunais Regionais;
- b) Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia;
- c) A execução da pena pode se deflagrar a partir da confirmação da condenação por deliberação de órgão colegiado de 2º grau de jurisdição;
- d) O juiz não pode decretar nem revogar de ofício medidas cautelares diversas da prisão;
- e) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar apenas na hipótese de que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.

65. Conforme as disposições processuais penais vigentes no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem;
- b) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal;
- c) Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia;

d) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial;

e) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

66. Acerca do tema Prisão, julgue os itens abaixo.

I) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

II) O flagrante próprio ocorre quando o indivíduo é encontrado, logo depois, pela autoridade, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

III) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Assinale a sequência correta:

- a) F, V, F
- b) F, F, V.
- c) F, V, V.
- d) V, F, V.
- e) V, V, F.

67. Tendo em vista o Código de Processo Penal e o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

a) Não há crime, quando a postergação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

b) Em face do princípio da obrigatoriedade, o delegado de polícia está vinculado a realizar as diligências requeridas pelo ofendido ou seu representante legal.

c) Nas hipóteses de crime permanente, a prisão em flagrante é possível quando cessar a permanência da infração.

d) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o procedimento investigatório no prazo de 5 dias.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

68. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

b) O silêncio do acusado não importará em confissão, nem poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

c) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

d) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

69. Acerca da Prova no Processo Penal, julgue as assertivas abaixo.

I) O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.

II) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

III) A regra no processo penal é a realização do interrogatório do réu preso na sede do juízo em sala própria de audiência.

Assinale a sequência correta:

- a) F, F, F
- b) F, F, V.
- c) F, V, V.
- d) V, F, V.
- e) V, V, F.

70. Acerca do tema Competência, assinale a alternativa correta.

- a) A competência será, em regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.
- c) O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se iniciou.
- d) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, apenas quando desconhecido o lugar da consumação infração.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

III - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;

IV - a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

Estão certos os itens

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) todos os itens estão corretos.
- d) I, III e IV
- e) III e IV.

82. Sobre a prescrição e a decadência, indique a alternativa correta

- a) violado o direito, nasce para o titular a ação, a qual se extingue, pela prescrição.
- b) antes de sua consumação, a interrupção da prescrição pode ocorrer mais de uma vez; aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, salvo disposição legal em contrário.
- c) não corre a prescrição entre os divorciados.
- d) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- e) é nula a renúncia à decadência fixada em contrato.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Larissa das Neves

DISCIPLINA CANCELADA

DIREITO CIVIL

Lhais Hamid

81. Segundo a disciplina do Código Civil Brasileiro, devem ser averbados em registro público

- I - os nascimentos, casamentos e óbitos;
- II - a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;

83. Para a instituição de uma fundação, que é um tipo de pessoa jurídica, é necessário que o instituidor, por meio de escritura pública ou por testamento, faça a dotação especial de bens livres e especifique o fim a que a fundação se destina. Assim, nos termos da legislação brasileira, a fundação poderá constituir-se para

I - assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

II - educação, saúde, segurança alimentar e nutricional.

III - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável

IV - pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de

informações e conhecimentos técnicos e científicos.

V - promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

VI - atividades políticas e religiosas.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- b) Apenas os itens I, III, IV, V e VI estão certos.
- c) Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.
- d) Apenas os itens I, II, III, IV e V estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

84. Assinale a alternativa correta:

- a) no Brasil não é admitida a pluralidade de domicílios.
- b) considera-se domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual o último lugar onde morou.
- c) têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- d) o domicílio das pessoas jurídicas de direito privado é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, mas é vedado elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
- e) o domicílio do incapaz é o lugar onde o juiz da interdição eleger.

85. O _____ não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

- a) Termo.
- b) Condição.
- c) Encargo.
- d) Concessão.
- e) Modo.

86. ANULADA

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

87. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, não representa direito básico do consumidor:

- a) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- b) modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- c) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- d) manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- e) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

88. Tício comprou um aparelho celular na Loja “Tudo em conta”, e dez dias após a compra, o produto apresentou um defeito na tela. Tício comunicou o fato à Loja e pediu a imediata restituição do preço, o que lhe foi negado sob o argumento de que o produto poderia ser consertado, substituindo a tela por outra, porém de outra cor e de outro modelo. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) caso o vício não seja sanado no prazo de sete dias, Tício pode exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- b) mesmo que o vício possa ser sanado, Tício possui direito a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, uma vez que a substituição da parte viciada pode comprometer a qualidade ou características do produto.

c) em razão do vício ter se apresentado após sete dias da compra, Tício apenas poderá pleitear a substituição do produto ou o abatimento proporcional do preço.

d) Tício somente terá direito à restituição do preço se o vício do produto não for reparado no prazo legal de trinta dias, que pode ser aumentado ou diminuído por convenção das partes.

e) Tício e o fornecedor podem convencionar a redução ou ampliação do prazo para sanar o vício, não podendo ser inferior a sete nem superior a noventa dias.

89. Com relação às infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) Todas as infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor são puníveis com pena de reclusão ou multa.

b) O gerente da pessoa jurídica que permitir o fornecimento de produtos ou a oferta e prestação de serviços nas condições por ele proibidas não é punido, na forma do CDC.

c) Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo caracteriza o crime de Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente.

d) Quem deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata não comete infração penal, e sim infração administrativa.

e) A pena pecuniária será fixada em dias-multa, correspondente ao mínimo de 10 e ao máximo de 300 dias, observado o disposto no Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

90. Sobre as normas fundamentais do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, sem exceções.

b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes e advogados, mas não por membros da Defensoria e do Ministério Público.

c) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé objetiva.

d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, a não ser que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

e) Os juízes e os tribunais deverão, obrigatoriamente, observar a ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

91. Marque a alternativa correta:

a) O princípio da adstrição atribui à parte o poder de iniciativa para instaurar o processo civil.

b) A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor, interrompe a prescrição e torna prevento o juízo.

c) A intervenção de ente federal, a título de *amicus curiae*, desloca a competência para a Justiça Federal.

d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito.

e) A incompetência relativa somente pode ser arguida por meio de exceção, não podendo o juiz, em hipótese alguma, declinar de ofício da competência em razão do lugar.

92. Marque a alternativa incorreta a respeito das nulidades:

a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

b) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

c) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam

ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

d) As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais

e) Mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz deverá pronunciá-la e mandar repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

93. São hipóteses de suspeição do juiz, exceto:

a) quando ele for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.

b) que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio

c) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.

d) quando figurar como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;

e) quando o magistrado for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

94. Assinale a alternativa incorreta:

a) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

b) No caso de ato atentatório à dignidade da justiça praticado no curso do processo de execução, o juiz fixará multa em montante não superior a 10% do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito da Fazenda Pública.

c) No cumprimento definitivo de sentença que reconhece a obrigação de pagar quantia certa, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários de advogado de dez por cento.

d) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

e) É vedado lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, as quais o juiz mandará riscar, impondo a quem as escrever multa correspondente à metade do salário-mínimo.

95. Assinale a alternativa incorreta:

a) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

b) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Porém, a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

d) Uma vez interposta apelação, o juiz deve intimar o apelado para apresentar contrarrazões. Transcorrido o prazo de 15 dias, e não havendo interposição de apelação adesiva, deve remeter os autos ao tribunal, independentemente do juízo de admissibilidade.

e) O IRDR poderá ser instaurado quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, de que possa resultar prejuízo à isonomia e à segurança jurídica.

LEGISLAÇÃO POLICIAL

Larissa das Neves

96. São deveres do policial civil impostos pela Lei nº 2.271/94, exceto:

- a) Respeitar os direitos e garantias individuais.
- b) Não permitir que sentimentos ou animosidades pessoais possam influir em suas decisões.
- c) Obedecer às ordens superiores, mesmo que manifestamente ilegais.
- d) Cuidar do armamento e munição a si distribuídos, tomando todas as precauções no seu manuseio.
- e) Cultuar o aprimoramento técnico-profissional.

97. Dentre as infrações listadas a seguir, não é transgressão de natureza grave:

- a) Utilizar, ceder ou permitir que outrem use objetos arrecadados, recolhidos ou apreendidos pela Polícia.
- b) Dirigir-se ou referir-se a superior hierárquico ou a subordinado de modo desrespeitoso.
- c) Abandonar o cargo, sem justa causa, ausentando-se da repartição por mais de trinta dias consecutivos.
- d) Entregar-se a prática de jogos proibidos, ou a vício da embriaguez, ou qualquer outro vício degradante.
- e) Usar de violência desnecessária no exercício da função policial.

98. NÃO é motivo de aplicação da pena de demissão prevista no art. 47 da Lei nº 2.271/94:

- a) Corrupção.
- b) Ofensa física em serviço, ainda que em legítima defesa.
- c) Improbidade administrativa.
- d) Aplicação irregular de dinheiro público.
- e) Abandono de cargo.

99. A posse deverá ocorrer no prazo de:

- a) 60 dias, improrrogáveis.

- b) 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias.
- c) 30 dias, improrrogáveis.
- d) 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias.
- e) 15 dias, improrrogáveis.

100. Assinale a alternativa correta quanto à competência para aplicação das penas disciplinares previstas no Estatuto da Polícia Civil:

- a) O Governador do Estado será competente para aplicar apenas a pena de demissão.
- b) O Delegado Geral de Polícia Civil é competente para a aplicação de todos os tipos de penas.
- c) O Corregedor é competente para aplicar a pena de suspensão até 60 dias.
- d) Os Titulares das Delegacias de Polícia podem aplicar as penas de advertência, repreensão e suspensão, com relação aos funcionários que lhes forem diretamente subordinados, devendo a suspensão ser de no máximo 15 dias.
- e) Os Diretores de Departamento podem aplicar a pena de suspensão até 90 dias.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PC-AM-16-08>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores.

Clique no link conheça!



<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

Estratégia
Carreira Jurídica